

PERCEPÇÃO DOS CIRURGIÕES-DENTISTAS E ACADÊMICOS SOBRE O ATENDIMENTO A PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM PORTO VELHO – RO

Nathalia, GABALDO¹; Maria Rosa Felix de Sousa Gomide GUIMARÃES¹; Eloá de Aguiar GAZOLA¹; Flávia Gabriela ROSA¹; Luciano Tavares Ângelo CINTRA²,
Lourielson Silva CAVALCANTE¹, Gustav GUIMARÃES^{1*}

1. Centro Universitário São Lucas – UniSL, Porto Velho-RO, Brasil.

2. Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo-SP, Brasil.

*Autor Correspondente: gustav@saolucas.edu.br

RESUMO: Pacientes com Necessidades Especiais (PNEs) têm maior risco de desenvolver problemas de saúde bucal. O estudo avaliou a percepção dos cirurgiões-dentistas e acadêmicos de odontologia de Porto Velho (RO) sobre a conduta, atitudes, conhecimento e segurança na execução dos procedimentos odontológicos em PNEs. Um total de 337 participantes (262 - cirurgiões-dentistas e 75 acadêmicos) responderam um questionário estruturado sobre experiências educacionais e clínicas com PNEs, conhecimento adquirido durante formação acadêmica, segurança, confiança diante dos atendimentos e manuseio dos pacientes. Os dados foram tabulados em Planilha Excel[®]. Sobre os resultados: a porcentagem de PNEs atendidos pelos cirurgiões-dentistas entre 1 a 5 pacientes foi de 50,77% e entre os acadêmicos 53,34% não atenderam nenhum paciente; sobre a segurança e confiança na realização do tratamento odontológico, 69,09% dos cirurgiões-dentistas e 62,67% dos acadêmicos não se sentem seguros; sobre a percepção da formação educacional, 64,12% dos cirurgiões-dentistas e 68% dos acadêmicos classificaram não ser satisfatória e 68% acadêmicos e 51,52% dos cirurgiões-dentistas desejam realizar atendimento odontológico PNEs; 87,79% dos cirurgiões-dentistas e 93,33% dos acadêmicos desejam mais informações sobre protocolos de tratamento e 68,32% dos cirurgiões-dentistas e 73,34% dos acadêmicos preferem informações didáticas e clínicas. Cirurgiões-dentistas e acadêmicos não se sentem completamente aptos ao atendimento dos PNEs e desejam melhorar a sua formação educacional; novas propostas curriculares visam desenvolvimento de profissionais mais capacitados e seguros ao atendimento dos PNEs.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde bucal. Educação em odontologia. Assistência Odontológica para Pessoas com Deficiências.

INTRODUÇÃO

As pessoas que apresentam perda ou anormalidade de alguma estrutura corporal ou função fisiológica, sendo ela temporária ou permanente, necessitando de atendimento diferenciado fazem parte do grupo dos Pacientes com Necessidades Especiais - PNE (QUEIROZ *et al.*, 2014) e têm maior risco de desenvolver problemas de saúde bucal (NINGRUM *et al.*, 2020).

O Estado de Rondônia, segundo CENSO 2010, conta com 1.562.409 habitantes, sendo 4,6% pacientes com necessidades especiais (IBGE 2013), dentre elas: auditiva: 0,6%; física: 1,1%; intelectual: 0,7% e visual: 2,2% da população do estado. As desigualdades de saúde bucal e acesso limitado aos cuidados odontológicos são um dos maiores problemas (ALUMRAN *et al.*, 2018); o fornecimento do conhecimento como assistência é escasso e o investimento em

capacitação a atendimentos especiais é falho no Brasil (MOOSAJEE *et al.*, 2015).

Além disso, verifica-se que nem todo cirurgião-dentista está preparado para o atendimento a estes pacientes, por não terem recebido uma formação correta durante seu processo acadêmico (MONTESERÍN-MATESANZ *et al.*, 2015); falta preparo educacional no manejo e atendimento aos PNEs (OCANTO *et al.*, 2020) e surgem discussões de estratégias de como lidar com os desafios comportamentais dos pacientes (LECLAIRE *et al.*, 2020)

Os alunos de graduação também demonstram a necessidade de mais estrutura para o ensino e maior exposição à comunidade com deficiências (WILSON *et al.*, 2019), sendo necessário uma melhor formação dos estudantes de odontologia sobre manejo e protocolos de atendimento (QUEEN *et al.*, 2016). Além disso, expressam experiências curriculares inconsistentes

atribuídas a restrições de tempo (INCLAN *et al.*, 2020) e menos confiança e vontade de tratar pacientes com necessidades especiais (MACKENZIE *et al.*, 2019).

As doenças bucais podem ter um efeito direto e devastador sobre a saúde de crianças e adolescentes com certos problemas e condições sistêmicas de saúde (OCANTO *et al.*, 2020). Muitas são identificados no grupo PNE, além da capacidade de auto-escovação ser limitada (NINGRUM *et al.*, 2020).

Shivakumar (2018) verificaram como resultado da baixa capacidade física e motora dos pacientes a dificuldade de manutenção da higiene bucal, entre crianças 5-12 anos, que apresentaram presença de cálculo e sangramento gengival. E como consequência, Buda (2016) observou alta taxa de cárie não tratada, alto número de dentes ausentes e edentulismo. Medrato (2015) identificou que as lesões orais dos pacientes estavam relacionadas diretamente à higiene oral deficiente e agentes traumáticos de baixa intensidade, além disso, Braúna (2016) relacionou o alto consumo de sacarose como um dos fatores que agravam esta condição.

Diante do exposto, o estudo avaliou a percepção dos cirurgiões-dentistas e acadêmicos de odontologia de Porto Velho (RO) sobre a conduta, atitudes, conhecimento e segurança na execução dos procedimentos odontológicos em pacientes com necessidades especiais.

MATERIAL E MÉTODO

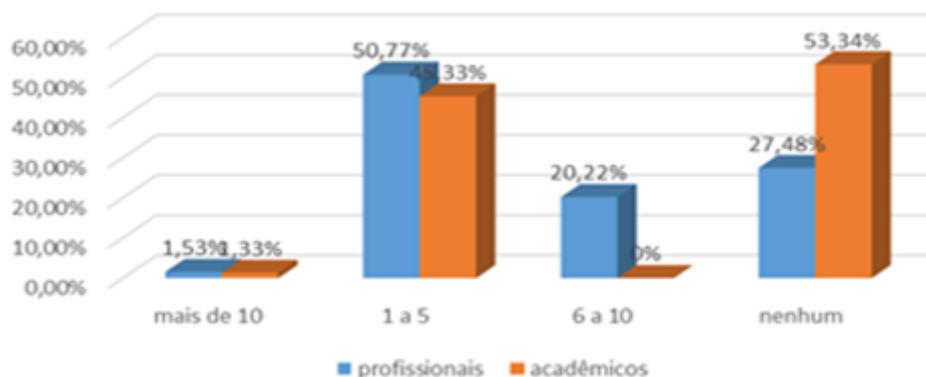
O estudo foi aprovado pelo CEP com parecer 2.038.563. Um total de 337 participantes, sendo 262 cirurgiões-dentistas e 75 acadêmicos do último semestre do curso de odontologia, responderam um questionário estruturado (ALKAHTANI, 2014). As perguntas abordaram as experiências educacionais e clínicas com Portadores de Necessidades Especiais (PNE), conhecimento adquirido durante formação acadêmica, segurança e confiança diante dos atendimentos, manuseio dos pacientes e se sentem preparados para promover saúde a esse público. Os dados coletados foram tabulados em Planilha Excel[®] para posterior análise e interpretação.

RESULTADOS

Os dados coletados dos questionários foram expressos em gráficos conforme o tema abordado.

Em relação ao número de PNEs atendidos durante a formação profissional, verificamos que a maioria dos cirurgiões-dentistas (50,77%) atenderam entre 1 a 5 pacientes e os acadêmicos (53,34%) não atenderam nenhum paciente ao longo de toda a sua formação educacional (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Pacientes Atendidos durante formação

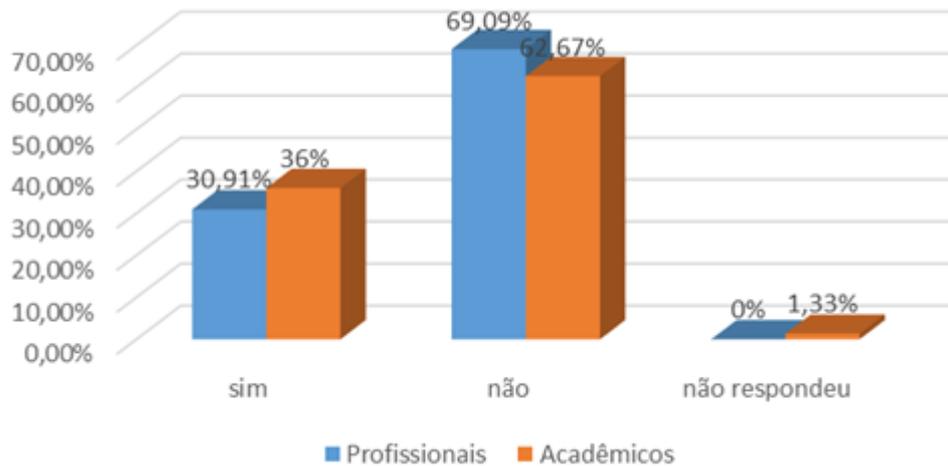


Fonte: Próprio autor.

Sobre a segurança e confiança para a realização do tratamento odontológico baseado na formação educacional, observamos que a maioria dos cirurgiões –

dentistas (69,09%) e acadêmicos (62,67%) atendimentos (Gráfico 2).
não se sentem seguros para a execução dos

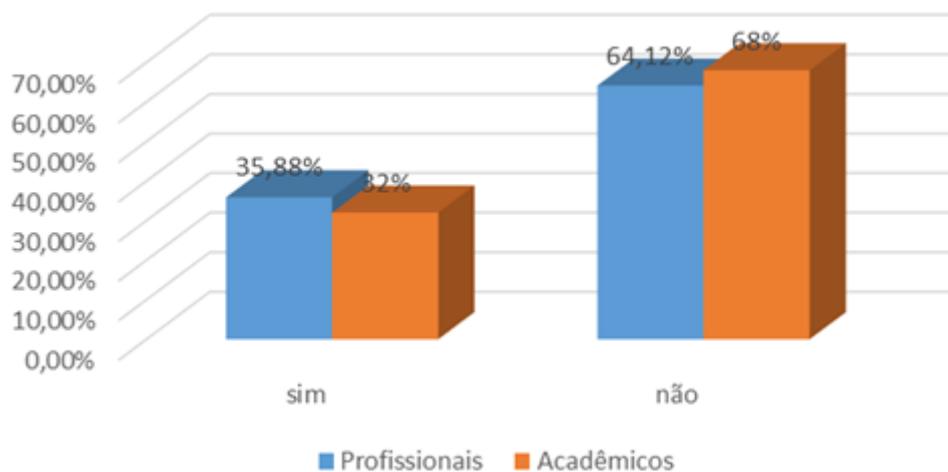
Gráfico 2 - Formação educacional conferiu segurança e confiança para o atendimento de PNEs



Fonte: Próprio autor.

Sobre a percepção da formação educacional (se foi satisfatória ou não) em relação ao programa de atendimento odontológico oferecido pela instituição, a maioria dos cirurgiões-dentistas (64,12%) e acadêmicos (68%) classificaram não ser satisfatória (Gráfico 3).

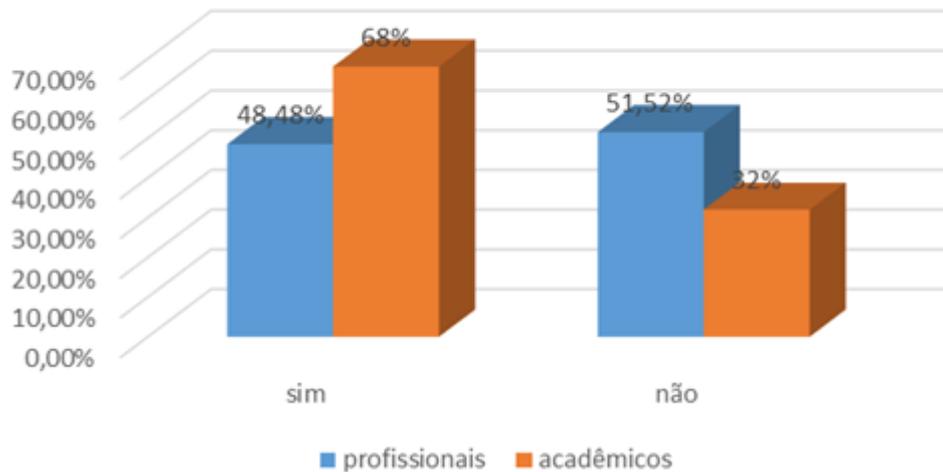
Gráfico 3 – Formação educacional satisfatória



Fonte: Próprio autor.

Sobre o desejo em executar atendimentos, enquanto 51,52% dos atendimentos odontológicos aos PNEs em seus consultórios, verificamos que a maioria dos acadêmicos (68%) gostariam de realizar os atendimentos, enquanto 51,52% dos cirurgiões-dentistas não os realizariam (Gráfico 4).

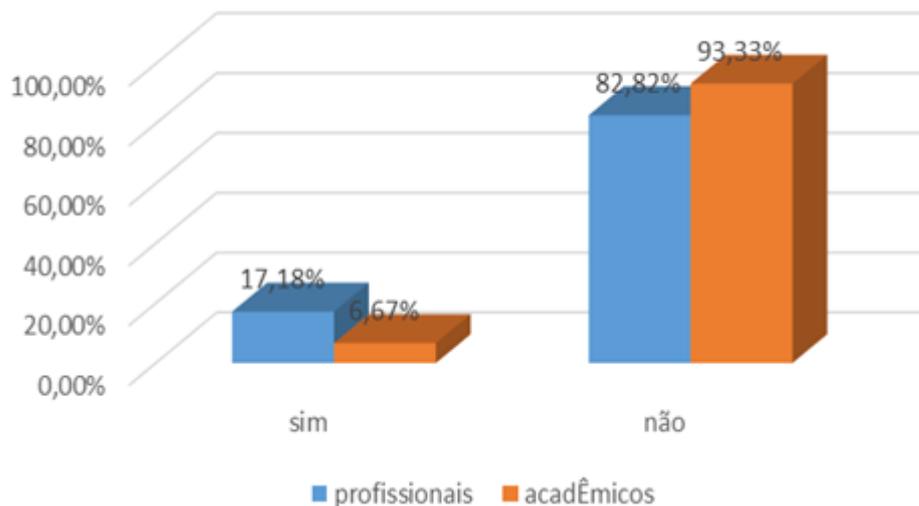
Gráfico 4 – Desejo dos profissionais e acadêmicos em realizar atendimento odontológico aos PNEs



Fonte: Próprio autor.

No que se refere ao local para a realização dos atendimentos, a maioria dos cirurgiões-dentistas (82,82%) e dos acadêmicos (93,33%) afirmaram que poderão ser realizados no consultório e não devem ser oferecidos apenas nos hospitais (Gráfico 5).

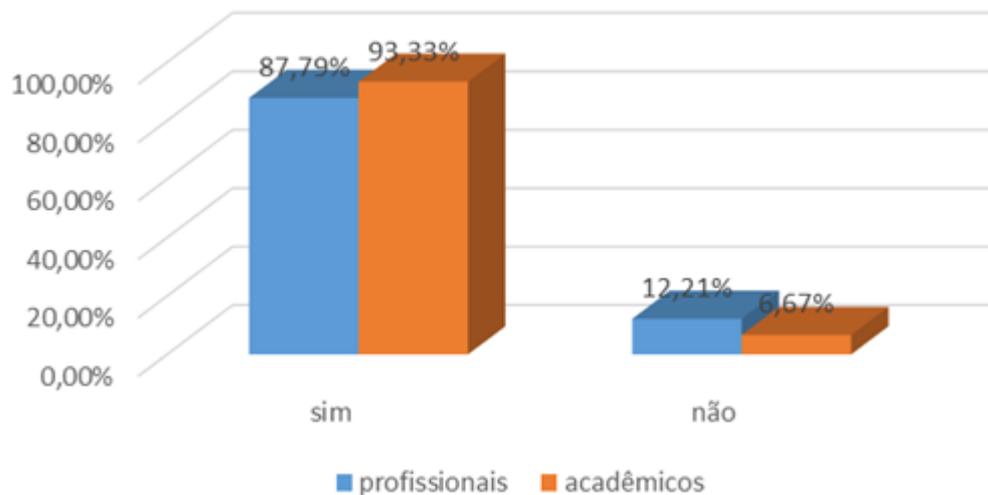
Gráfico 5 – Consultório sendo o local para o atendimento odontológico aos PNEs



Fonte: Próprio autor.

Em relação à vontade de receberem mais informações sobre protocolos de tratamento direcionado ao atendimento dos PNEs, 87,79% cirurgiões-dentistas e 93,33% acadêmicos responderam positivamente (Gráfico 6).

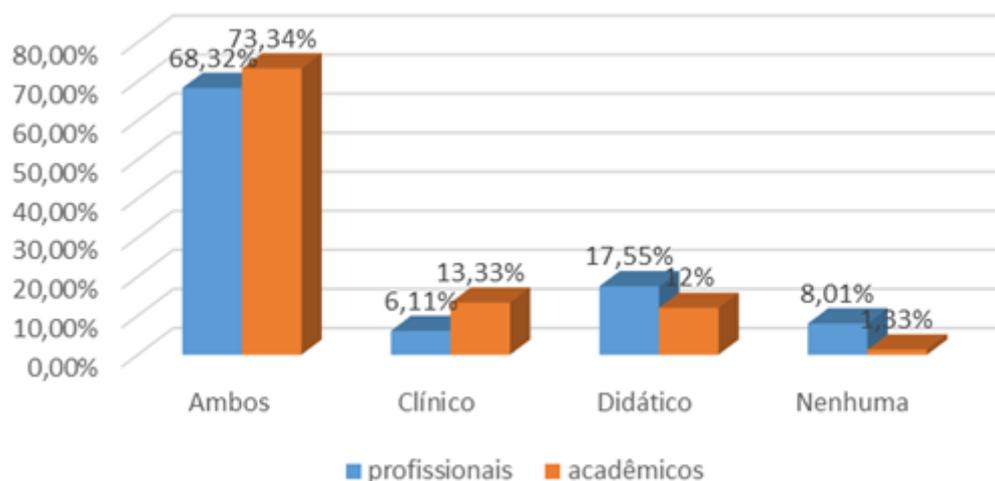
Gráfico 6 – Desejo dos profissionais e acadêmicos de receberem informações sobre o atendimento odontológico aos PNEs



Fonte: Próprio autor.

Sobre quais tipos de informações educacionais direcionadas ao atendimento aos PNEs, a maioria (cirurgiões-dentistas – 68,32% e acadêmicos – 73,34%) preferem informações didáticas e clínicas (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Tipo de educação que profissionais e acadêmicos desejam receber para realizarem atendimento odontológico aos PNEs



Fonte: Próprio autor.

DISCUSSÃO

Os cirurgiões-dentistas e estudantes do último semestre do curso de odontologia não estão preparados para a execução dos procedimentos odontológicos em PNEs e expressam necessidade de melhorar a sua formação profissional.

Segundo o CNE (Conselho Nacional de Educação), nas DCNs (Diretrizes

Curriculares Nacionais do Curso de Odontologia, 2001), o egresso do curso de graduação em Odontologia deve ter o seguinte perfil geral: "...cirurgião-dentista generalista, dotado de sólida formação técnico-científica e ativo no desenvolvimento profissional permanente em função dos avanços do conhecimento; humanístico e ético, atento à dignidade da pessoa humana e às necessidades individuais e coletivas, promotor da saúde integral e

transformador da realidade em benefício da sociedade.

As orientações das DCNs quanto ao perfil generalista do egresso e aos conteúdos de formação, em especial os de ciências odontológicas, não mencionam a desenvolvimento de competência específica ao atendimento clínico dos PNEs. Esses dados contribuíram fortemente para que os currículos nacionais deixassem de priorizar essa formação.

Entretanto o futuro cirurgião-dentista, deverá desempenhar suas atividades diante das necessidades individuais dos indivíduos, que inclui o atendimento odontológico aos PNEs, os quais tem um risco maior de desenvolver problemas de saúde bucal em comparação a população em geral (WATTERS *et al.*, 2015).

Os principais problemas identificados no grupo PNE são doença periodontal, cárie e má oclusão, principalmente devido a mastigação e deglutição inadequadas e consequente acúmulo de detritos alimentares na cavidade oral, além de capacidade de auto escovação limitada (NINGRUM *et al.*, 2020). Além disso, saúde bucal ruim pode ter um impacto negativo na vida social das pessoas com deficiência (WATTERS *et al.*, 2015).

No estudo, cirurgiões-dentistas e acadêmicos quando questionados sobre o número de pacientes atendidos durante o processo de formação, apenas 50,77% profissionais atenderam entre 1 a 5 pacientes e 53,34% acadêmicos não atenderam nenhum paciente. Inclan (2020) analisou as atividades dos acadêmicos com os PNEs, e os participantes relatam experiências inconsistentes e com restrições de tempo. Watters (2015) investigaram a experiência clínica e pessoal dos profissionais e acadêmicos no tratamento de pacientes com as necessidades, e verificaram que a experiência pessoal anterior dos alunos permitiu melhores atendimentos.

Sobre a segurança e a confiança para a execução dos procedimentos odontológicos, verificamos que 69,09% dos cirurgiões-dentistas e 62,67% dos acadêmicos não se

sentem seguros para a execução dos atendimentos. Descamps (2019), avaliou a segurança de dentistas sobre os cuidados de saúde bucal de crianças com Síndrome de Down (SD) e verificou que estes profissionais não parecem se sentir confortáveis em tratar crianças com SD. Makenzie (2019) estudaram estudantes de odontologia em relação ao tratamento de populações rurais de baixa renda, não branco e com necessidades especiais e verificaram que os alunos não se achavam preparados para o atendimento.

A percepção sobre a formação acadêmica, demonstrou que 64,12% dos cirurgiões-dentistas e 68% dos acadêmicos classificaram que esta não foi satisfatória no que se refere ao atendimento aos PNEs. Inclan (2020) avaliou acadêmicos sobre a sua formação para atendimento aos pacientes com necessidades especiais, e verificou que faltam programas sustentáveis para os alunos do curso de odontologia ganharem essa experiência. Alumran (2018) numa revisão sistemática avaliou a educação odontológica e a preparação dos cirurgiões-dentistas para tratar pacientes com necessidades especiais e notou que a formação é escassa. De acordo com Wilson (2019), os alunos identificaram a necessidade de mais estrutura para o ensino e maior exposição à comunidade com deficiência, destacando a importância de um currículo com abordagem mais ampla na graduação.

Neste sentido, entende-se que os currículos podem evoluir para adequar a abordagem de atuação profissional aos diferentes perfis de PNEs, sem interferir na estrutura de currículo atualmente proposto, mas inserindo um novo perfil de paciente, de complexidade coerente à proposta, que será atendido no âmbito dos estágios clínicos ambulatoriais.

Para a execução do atendimento odontológico em PNEs, verificamos que 68% dos acadêmicos e 48,48% profissionais realizariam os atendimentos e que estes poderiam ser realizados no consultório odontológico (profissionais - 82,82% e acadêmicos - 93,33%) não sendo necessário um ambiente hospitalar. Em contrapartida,

Descamps (2019), relatou que dentistas não se sentem confortáveis para o atendimento à pacientes com Síndrome de Down nos consultórios, e encaminham para centros especializados.

Cirurgiões-dentistas (87,79%) e acadêmicos (93,33%) demonstraram desejo em receber mais educação sobre o atendimento aos PNEs, onde a maioria prefere (profissionais – 68,32% e acadêmicos – 73,34%) informações didáticas e clínicas. No estudo de Descamps (2019) dentistas afirmam que mais formação, treinamento e educação adicionais seriam desejáveis (52,8%) no que se refere ao atendimento aos PNEs. Ocanto (2020), desenvolveu um programa de treinamento de profissionais; os resultados mostraram que foi eficaz na expansão da força de trabalho qualificada para tratar esta população, aumentando as chances de adquirir atendimento de qualidade.

Diante do exposto, novas diretrizes sobre o atendimento clínico odontológico ambulatorial do indivíduo com necessidades especiais foram aplicadas aos cursos de odontologia (PENHA et al., 2017).

O governo federal vem adotando políticas públicas com finalidades de superar a ausência de cuidados específicos para atender as necessidades dessa crescente parcela da população brasileira. Dentre elas, pode-se destacar: Lei nº 10.098/2000, os Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011, a Portaria nº 3.284/2003 e a Lei nº 13.146/2015.

Além disso, o Conselho Federal de Odontologia (CFO) com o uso das suas atribuições, reconhece e aprova na consolidação das normas para procedimentos odontológicos, o exercício das especialidades odontológicas (CFO 63/2005 - atualizada em julho de 2012) na SEÇÃO XI - Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais, cuja especialidade tem por objetivo a prevenção, o diagnóstico, o tratamento e o controle dos problemas de saúde bucal de pacientes com alguma alteração no seu sistema biopsicossocial. O reconhecimento da especialidade demonstra a preocupação em prestar atenção odontológica aos pacientes

com distúrbios psíquicos, comportamentais e emocionais; aos pacientes que apresentam condições físicas ou sistêmicas, incapacitantes temporárias ou definitivas no nível ambulatorial, hospitalar ou domiciliar e participação da equipe multidisciplinar.

Na odontologia um importante passo para efetivar a alteração das propostas curriculares, com vistas ao desenvolvimento das competências de profissionais capacitados e seguros ao atendimento dos PNEs, é a homologação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais pelo Ministério da Educação. As DCNs foram propostas em 2018 e tiveram parecer favorável do Conselho Nacional de Educação em 2019.

A medida garante melhor formação educacional, treinamento e protocolos específicos de atendimento aos pacientes com necessidades especiais (DESCAMPS et al., 2019) com a finalidade de garantir maior atenção à saúde bucal destes pacientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cirurgiões – dentistas e acadêmicos do último semestre do curso de odontologia de Porto Velho (RO) não se sentem completamente aptos ao atendimento dos PNEs no que se refere a conduta, atitudes, conhecimento e segurança na execução dos procedimentos odontológicos e desejam melhorar a sua formação educacional sobre estes temas. As novas propostas curriculares visam ao desenvolvimento de profissionais mais capacitados e seguros ao atendimento dos PNEs.

CONTRIBUIÇÃO INDIVIDUAL DOS AUTORES

Gustav GUIMARÃES:

Contribuição: Trabalho de concepção, desenho experimental, revisão crítica do artigo para conteúdo intelectual importante e aprovação final da versão a ser submetido.

Nathalia, GABALDO; Eloá de Aguiar GAZOLA; Flávia Gabriela ROSA; Lourielson Silva CAVALCANTE

Contribuição: Pesquisa de literatura, aquisição de dados, seleção de publicação e revisar o artigo criticamente para conteúdo intelectual importante.

Maria Rosa Felix de Sousa Gomide GUIMARÃES; Luciano Tavares Ângelo CINTRA

Contribuição: Revisão das publicações identificadas, redação do artigo final para aprovação da versão a ser submetida para publicação.

PERCEPTION OF SURGEONS - DENTISTS AND ACADEMICS ON CARE FOR PATIENTS WITH NEEDS SPECIALS IN PORTO VELHO - RO.

ABSTRACT: Patients with Special Needs (PNEs) are at increased risk of developing oral health problems. The study evaluated the perception of dental surgeons and dentistry students from Porto Velho (RO) about the conduct, attitudes, knowledge and safety in the execution of dental procedures in PNEs. A total of 337 participants (262 - dental surgeons and 75 academics) answered a structured questionnaire about educational and clinical experiences with PNE, knowledge acquired during academic training, security, confidence in the care and handling of patients. The data were tabulated in an Excel® spreadsheet. About the results: the percentage of PNEs attended by dentists between 1 and 5 patients was 50.77% and among academics 53.34% did not attend any patient; on safety and confidence in performing dental treatment, 69.09% of dental surgeons and 62.67% of academics do not feel safe; on the perception of educational background, 64.12% of dental surgeons and 68% of academics rated it as unsatisfactory and 68% academic and 51.52% of dental surgeons want to provide PNEs dental care; 87.79% of dentists and 93.33% of academics want more information about treatment protocols and 68.32% of dentists and 73.34% of academics prefer didactic and clinical information. Surgeons - dentists and academics do not feel completely able to attend PNEs and wish to improve their educational background; new curricular proposals aim to develop more qualified and safer professionals to assist PNEs.

KEYWORDS: Oral Health. Education, Dental. Dental Care for Disabled

REFERÊNCIAS

ALKAHTANI, Z. M.; STARK, P.C.; LOO, C. Y.; WRIGHT, W. G.; MORGAN, J. P. Saudi and U.S. dental student attitudes toward treating individuals with developmental disabilities. **J Dent Educ**, v. 78(8), p. 1145-53, 2014.

ALUMRAN, A.; ALMULHIM L.; ALMOLHIM B.; BAKODAH, S.; ALDOSSARY, H.; ALAKRAWI, Z. Preparedness and willingness of dental care providers to treat patients with special needs. **Clinical, Cosmetic and Investigational Dentistry**, v. 10, p. 231–236, 2018.

BRAÚNA, A. P. V.; ABREU, M. H. N. G.; RESENDE, V. L.; CASTILHO, L. S. Risk factors for dental caries in children with developmental disabilities. **Original Research Community Dental Health**, v. 79, p. 1 – 7, 2016.

BUDA, L. V. Ensuring Maintenance of Oral Hygiene in Persons with Special Needs. **Dental Clinics of North America**, v 60, p. 593 – 604, 2016.

CARBONARI NETTO, A.; BARONE, P. M. V. B.; OKIDA, Y. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia. **Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação**. Processo N°23001.000337/2017, 2018.

CENSO 2010 – Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira/ **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD)** / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.4

DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004 - Regulamenta as Leis n 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>

DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, 2007, disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm

DESCAMPS, I.; FERNANDEZ C.; CLEYNENBREUGEL D. V.; HOECKE, Y. V.; MARKS, L.. Dental care in children with Down syndrome: A questionnaire for Belgian dentists. **Med Oral Patol Oral Cir Bucal**, v.24(3), p. 385-91, 2019.

Diretrizes Curriculares Nacionais homologado pelo Senhor Ministro da Educação, em 4 de dezembro de 2001/ <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES032002.pdf>

IBGE. Pesquisa nacional de saúde 2013: ciclos de vida: **Brasil e grandes regiões**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INCLAN, M.L.; MEYER, B.D.; Pre-doctoral special healthcare needs education: Lost in a crowded curriculum. **J Dent Educ**, v. 27, 2020.

LeClaire, J.P; Stille, S.O.; Foster, K.D.; Berg, R.G.; Analyzing essays about treating adults with special health care needs and intellectual and developmental disabilities. **J Dent Educ**, v. 84(5), p. 543-551, 2020.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência.) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

MACKENZIE, C. T.; MITCHELL, S. C. Dental Students' Attitudes About Treating Populations That Are Low-Income Rural, Non-White, and with Special Needs: A Survey of Four Classes at a U.S. Dental School. **Journal of Dental Education**, v. 83(6), p. 669-678, 2019.

MEDRATO, A. P.; SILVA, D. A. R. C.; WANDERLEY, F. G. C. Estudo da prevalência de lesões em mucosa oral de pacientes portadores de necessidades especiais. **Revista Bahia de Odontologia**, v. 5, p. 73- 80, 2015.

MONTESERÍN- MATESANZ, M.; ESPARZA- GOMEZ, G. C.; GARCÍA- CHIAS, B.; GASCO- GARCIA, C.; CERERO- LAPIEDRA, R. Descriptive study of the patients treated at the clinic “Integrated Dentistry for Patients with Special Needs” at Complutense University of Madrid. **Med Oral Patol Oral Cir Bucal**, v.20, p. 211 – 217, 2015.

MOOSAJEE S, RAFIQUE S, DALY B. Dental Management of Patients with Dementia in Primary Dental Care. **Primary Dental Journal**, v. 4, p. 55-60, 2015.

NINGRUM, V.; WEN-CHEN W.; HUNG-EN L.; ABU BAKAR ; YIN-HWA S. A special needs dentistry study of institutionalized individuals with intellectual disability in West Sumatra Indonesia. **Scientific Reports**, v.10(1), p.153, 2020.

OCANTO, R.; MARIA A., LEVI-MINZI, JENNIFER C.; TARA S.; OSCAR P.; DEBORAH B. The development and implementation of a training program for pediatric dentistry residents working with patients diagnosed with ASD in a special needs dental clinic. **J Dent Educ**, v. 84(4), p. 397-408, 2020.

PINHO, R. C. M.; BARBOSA, A.C. S.; CALDAS- JÚNIOR, A.F.; VASCONCELOS, M. M.; BARBOSA, V.; CIMÕES, R.; SANTOS, M.T.B.R. State, trait, and dental anxiety in caregivers of individuals with disabilities. **Spec Care Dentist**. 2017.

PORTARIA Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>

QUEEN, A. N. Evidence-based Dentistry and Its Role in Caring for Special Needs Patients. **Dental Clinics Of North America**, v 60, p. 605 – 611, 2016.

QUEIROZ, F.S.; RODRIGUES, M.M.L.F.; CORDEIRO, JUNIOR G.A.; OLIVEIRA, A.B.; OLIVEIRA, JD, ALMEIDA, E.R.; Avaliação das condições de saúde bucal de Portadores de Necessidades Especiais. **Revista de Odontologia da UNESP**, v. 6, p. 396–401, 2014.

SHIVAKUMAR, K.M.; PATIL, S.; KADASHETTI, V.; RAJE, V. Oral health status and dental treatment needs of 5–12-year-old children with disabilities attending special schools in Western Maharashtra, India. **Int J App Basic Med Res**, v. 8, p. 24-9, 2018.

WATTERS, A.L.; STABULAS-SAVAGE, J.; TOPPIN, J.D.; JANAL, M.; ROBBINS, M.R. Incorporating Experiential Learning Techniques to Improve Self-Efficacy in Clinical Special Care Dentistry Education. **Journal of Dental Education**, v.79(9), p. 1016-23, 2015.

WILSON, K. E.; KATHERINE D.; RICHARD D. H.; LAURA D. Meeting the needs of patients with disabilities: how can we better prepare the new dental graduate? **British Dental Journal**, v. 227(1), p. 43-48, 2019.